



Diário Oficial do

MUNICÍPIO

PODER EXECUTIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

IMPRENSA ELETRÔNICA

Lei nº 12.527



A Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A publicação da **Lei de Acesso a Informações** significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e torna possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

Veja ao lado onde solicitar mais informações e tirar todas as dúvidas sobre esta publicação.

Atendimento ao Cidadão

Presencial



Pç. Osório Ferraz nº 01
- Centro

Telefone



77 3432-1115

Horário



Segunda a sexta-feira,
das 07:00 às 13:00
horas

Diário Oficial Eletrônico: Agilidade e Transparência



Efetivando o compromisso de cumprir a **Lei de Acesso à Informação** e incentivando a participação popular no controle social, o **Diário Oficial Eletrônico**, proporciona rapidez no processo de administração da documentação dos atos públicos de maneira eletrônica, com a **segurança da certificação digital**.

Assim, Graças ao Diário Oficial Eletrônico, todos os atos administrativos se tornam públicos e acessíveis para qualquer cidadão, de forma **rápida e transparente**, evitando o desconhecimento sobre as condutas do Poder Público.

Um dos aspectos interessantes é a sua divisão por temas para que a consulta seja facilitada. Assim, o Diário Oficial é segmentado em partes: emendas constitucionais, leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral;



Processamento e
Certificação de
Documentos
Eletrônicos



RESUMO

LICITAÇÕES

ATAS DAS SESSÕES

- ATA CIRCUNSTANCIADO DO CERTAME DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA.

RESULTADO DAS LICITAÇÕES

- RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA.
- RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0010/2025 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA.



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO



MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA
ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025
PROCESSO LICITATÓRIO
0223.26.02/2025

Às 08:18:52 horas do dia 19 de Maio de 2025 reuniram-se no site www.licitanet.com.br, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA..**

O(a) Pregoeiro(a) conduziu a sessão de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21; na Lei Complementar nº 123/06; e pelas disposições fixadas no edital e anexos, realizar os procedimentos relativos ao aludido processo.

Iniciando os trabalhos o(a) Pregoeiro(a) abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Fornecedor(es) participante(s)

Participou(aram) deste processo o(s) fornecedor(es) abaixo relacionado(s):

Fornecedor	CNPJ	Enquadramento
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	Grande Porte
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	Microempresa
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	Microempresa

Propostas

A participação na presente disputa do(s) lote(s) ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irrevocavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Histórico de propostas, lances e mensagens

Propostas Iniciais do Lote 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta %	Situação	Motivo
35316	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12039966000111	SERVIÇO	SERVIÇO	0,01 %	Classificada	--
91284	NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01667155000300	SERVIÇO	SERVIÇO	13,00 %	Classificada	--
7346	EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55480873000130	SERVIÇO	SERVIÇO	1,00 %	Classificada	--

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance %	Data/Hora	Tipo
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	13,00 %	16/05/2025 09:36:22	Classificado
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	1,00 %	19/05/2025 07:40:34	Fornecedor Desclassificado



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance %	Data/Hora	Tipo
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	0,05 %	19/05/2025 08:40:52	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	0,01 %	15/05/2025 16:27:54	Classificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-0,01 %	19/05/2025 08:45:40	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-0,10 %	19/05/2025 08:46:53	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-0,20 %	19/05/2025 08:47:42	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-0,30 %	19/05/2025 08:48:08	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-1,00 %	19/05/2025 08:39:59	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-1,50 %	19/05/2025 08:41:04	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-1,52 %	19/05/2025 08:48:38	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-1,53 %	19/05/2025 08:48:57	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-1,60 %	19/05/2025 08:49:09	Fornecedor Desclassificado
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-2,00 %	19/05/2025 08:49:08	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,01 %	19/05/2025 08:49:19	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-2,50 %	19/05/2025 08:49:28	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,51 %	19/05/2025 08:49:49	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,52 %	19/05/2025 08:50:37	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,53 %	19/05/2025 08:50:56	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,54 %	19/05/2025 08:51:31	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-2,55 %	19/05/2025 08:51:51	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-3,00 %	19/05/2025 08:52:20	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-3,01 %	19/05/2025 08:52:38	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-3,50 %	19/05/2025 08:53:16	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-3,51 %	19/05/2025 08:53:25	Manual



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance %	Data/Hora	Tipo
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-4,00 %	19/05/2025 08:54:02	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-4,01 %	19/05/2025 08:54:11	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-5,00 %	19/05/2025 08:55:38	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-5,01 %	19/05/2025 08:55:45	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-5,50 %	19/05/2025 08:56:26	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-5,51 %	19/05/2025 08:56:35	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-6,00 %	19/05/2025 08:57:07	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-6,01 %	19/05/2025 08:57:15	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-6,03 %	19/05/2025 08:58:39	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-6,04 %	19/05/2025 08:59:23	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-6,05 %	19/05/2025 08:59:43	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-6,06 %	19/05/2025 09:00:35	Intermediario
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-7,00 %	19/05/2025 08:59:42	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-7,01 %	19/05/2025 09:00:58	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-7,02 %	19/05/2025 09:01:55	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-14,00 %	19/05/2025 08:58:17	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-14,50 %	19/05/2025 08:59:53	Fornecedor Desclassificado
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-15,00 %	19/05/2025 09:01:00	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,01 %	19/05/2025 09:02:11	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,02 %	19/05/2025 09:03:15	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,03 %	19/05/2025 09:03:32	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,04 %	19/05/2025 09:04:46	Intermediario
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,05 %	19/05/2025 09:05:20	Intermediario



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance %	Data/Hora	Tipo
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-15,06 %	19/05/2025 09:05:49	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-15,20 %	19/05/2025 09:02:29	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0004-30	-15,50 %	19/05/2025 09:03:43	Fornecedor Desclassificado
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-16,00 %	19/05/2025 09:04:15	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-16,01 %	19/05/2025 09:05:58	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-16,10 %	19/05/2025 09:07:03	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-16,11 %	19/05/2025 09:07:16	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0004-30	-16,50 %	19/05/2025 09:08:00	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-16,51 %	19/05/2025 09:08:10	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-16,90 %	19/05/2025 09:08:33	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-16,91 %	19/05/2025 09:08:42	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-17,00 %	19/05/2025 09:09:45	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-17,01 %	19/05/2025 09:09:55	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0004-30	-17,50 %	19/05/2025 09:10:45	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-17,51 %	19/05/2025 09:10:53	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-17,60 %	19/05/2025 09:11:01	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-17,61 %	19/05/2025 09:11:09	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0004-30	-18,00 %	19/05/2025 09:12:06	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,01 %	19/05/2025 09:12:16	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-18,10 %	19/05/2025 09:12:20	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,11 %	19/05/2025 09:12:27	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0004-30	-18,50 %	19/05/2025 09:13:33	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,51 %	19/05/2025 09:13:43	Manual



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Lances do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance %	Data/Hora	Tipo
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-18,60 %	19/05/2025 09:13:48	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,61 %	19/05/2025 09:14:02	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-18,62 %	19/05/2025 09:14:58	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,63 %	19/05/2025 09:15:06	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-18,70 %	19/05/2025 09:15:06	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,71 %	19/05/2025 09:15:15	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-18,72 %	19/05/2025 09:17:55	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-19,90 %	19/05/2025 09:16:52	Intermediario
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-19,99 %	19/05/2025 09:17:13	Intermediario
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-20,00 %	19/05/2025 09:16:44	Fornecedor Desclassificado
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-20,01 %	19/05/2025 09:18:04	Manual
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-20,02 %	19/05/2025 09:18:16	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-20,50 %	19/05/2025 09:19:27	Fornecedor Desclassificado
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-20,51 %	19/05/2025 09:19:37	Manual
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-20,52 %	19/05/2025 10:53:02	Manual
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-20,52 %	19/05/2025 09:23:55	Fornecedor Desclassificado
EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA	55.480.873/0001-30	-21,00 %	19/05/2025 09:34:33	Fornecedor Desclassificado

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	19/05/2025 08:38:58	O LOTE 1 foi ordenado e classificado. Boa sorte!
	19/05/2025 08:39:31	O LOTE 1 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos . Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o LOTE 1 será encerrado automaticamente!
	19/05/2025 08:49:40	A etapa de envio de lances do LOTE 1 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos . Boa sorte!



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	19/05/2025 09:22:23	A prorrogação automática do LOTE 1 está encerrada.
	19/05/2025 09:22:24	ID: 7346 - Data Prop.: 19/05/2025 07:40:31 seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
	19/05/2025 09:28:45	O LOTE 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos .
	19/05/2025 09:34:33	LOTE 1 negociado no valor de R\$ -21,00 pelo fornecedor ID: 7346 - Data Prop.: 19/05/2025 07:40:31
	19/05/2025 09:38:48	O tempo de negociação está encerrado .
	19/05/2025 09:41:30	A proposta do fornecedor EURO TECNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA do LOTE - 1 , foi ACEITA pelo valor de -21,00% .
	19/05/2025 10:23:09	Sr. pregoeiro, haverá um prazo para a comprovação da garantia da proposta?
	19/05/2025 10:24:22	pois o edital exigia que a comprovação antecederesse a disputa, como critério de classificação da proposta, o que nao foi cumprido
	19/05/2025 10:52:00	Fornecedor: EURO TECNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA , com lance no valor de -21,00% , sua proposta FOI RECUSADA pelo motivo abaixo: Não apresentou Garantia de Proposta.!
	19/05/2025 10:52:01	ID: 91284 - Data Prop.: 16/05/2025 09:36:22 seu lance está dentro da margem de 5% (cinco por cento), conforme dispõe a LC 123/06, sendo assim, será aberto a partir deste momento o prazo de 05 (cinco) minutos para cobrir o lance vencedor.
	19/05/2025 10:57:02	A proposta do fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA do LOTE - 1 , foi ACEITA pelo valor de -20,52% .
	19/05/2025 11:14:03	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	19/05/2025 11:21:02	O fornecedor LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	19/05/2025 11:24:06	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	19/05/2025 11:33:44	demonstrarei em peça recursal, Sr.
	19/05/2025 12:12:00	Bom dia. Certo, serão enviados no prazo da convocação.
	20/05/2025 10:55:26	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA-01.667.155/0003-00 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA -01.667.155/0003-00 venceu o LOTE -1 pelo valor de -20,52% .
	20/05/2025 10:55:38	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
	20/05/2025 11:00:16	O fornecedor LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
	20/05/2025 11:05:38	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
	20/05/2025 11:48:24	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 23/05/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 28/05/2025 .
	20/05/2025 11:48:24	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: . E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 23/05/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 28/05/2025 .
	23/05/2025 14:33:20	O fornecedor LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_itambe_ba_np3_epp_ass_1_1748021600.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	23/05/2025 14:33:20	O fornecedor LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_itambe_ba_np3_epp_ass_1_1748021600.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
	28/05/2025 18:13:44	O fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA acabou ENVIAR o arquivo contrarrazoes_itambe_linkcard_1748466824.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de contra razões caso não seja excluído pelo fornecedor.



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	03/06/2025 17:03:49	<p>O Recurso/Reconsideração do LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO N°010/2025. OBJETO: "Contratação de empresa para a prestação de serviços comum de sistema de auto-gestão informatizada via web para gerenciamento e intermediação de aquisições de materiais para construção, incluindo material elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos e afins, com controle de cotação de preços online, através de sistema informatizado e disponibilização de meio de pagamento e/ou acesso a aquisição dos produtos através de processo sistêmico no Município de Itambé BA". RECORRENTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. RECORRIDA: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, alegando que a declaração apresentada pela empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, venceu o certame, pois apresentou declaração de enquadramento de EPP, contudo se valeu de atestado falso. DAS PRELIMINARES Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os requisitos, pois o Recorrente se manifestou em tempo hábil, manifestando motivadamente a intenção de recorrer, assim estão preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade. DAS RAZÕES RECURSAIS A Recorrente insurge-se contra a decisão do pregoeiro, alegando que: "Porém conforme declaração FALSA da empresa tenha citado expressamente que cumpria o Art. 4º da Lei 14.133/2021, em uma simples pesquisa em seu CNPJ no Portal Nacional de Contratações Públicas, podemos ver um contrato assinado em um valor muito superior ao limite de caracterização de EPP, qual seja, R\$ 4.800, e assinado dias antes da declaração MATERIALMENTE FALSA (...) Cita artigo da lei 123/2021, qual seja: Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) I - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) E prossigue: Sendo assim, não há lacunas para viabilizar o favorecimento de EPP para a NP3, tendo em vista que os valores somados dos contratos celebrados com a administração Pública extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com Empresa de Pequeno Porte. (...) Alega ainda: A permanência nessa condição aparenta ser resultado de uma escolha intencional da empresa, com objetivo de se esquivar das obrigações tributárias e processuais aplicáveis a organizações de um porte maior. (...) Portanto, é essencial que os eventos apresentados sejam devidamente investigados para garantir a integridade e a transparência dos processos licitatórios nos quais a NP3 tem participado. Outro ponto questionado, diz respeito a ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE AS EMPRESAS NP3 E XP3 E NECESSIDADE DE APURAÇÃO DOS CONTRATOS ADVINDOS DE EMPRESA CONJUNTA. Alega o recorrente que "há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA." DO PEDIDO DA RECORRENTE "Pelo exposto, requer-se que o presente Recurso Administrativo Diante das evidências apresentadas, é imperativo que a NP3 seja inabilitada e que se abra um procedimento sancionatório para apurar a sua responsabilidade pela declaração falsa apresentada. Esta investigação é necessária para garantir a conformidade com os princípios." Em sede de Contrarrazões, a empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, alegou: "Conforme já exposto, destaca-se que, as razões recursais apresentadas são completamente infundadas, sendo perceptível o desespero da recorrente, em obter através dos argumentos falhos, em seu recurso, o que não conquistou na sessão de lances, não apresentando preço que lhe colocasse em melhor posição no certame, e em face da sua larga experiência em participações em licitações públicas, só revela a intenção desventurada em apresentar recurso na base do "se colar, colour". (...) Assim, conforme será demonstrado a seguir, toda a argumentação presente no recurso não passa de meras presunções, ilações e indícios, no mais das vezes, fundada em subjetividades, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente. É fato notório que não assiste razão jurídica à recorrente e que tenta de forma reiterada, em diversos certames, induzir esta Administração à erro. Impende ressaltar que as singelas e inconsistentes razões de recurso atentam contra ato administrativo juridicamente perfeito e processualmente regular, posto que, os requisitos objetivo para classificação e habilitação desta recorrida já foram devidamente analisados pela Comissão de Licitação na sessão do processo licitatório, que decidiu acertadamente sobre o assunto. O descaramento da recorrente é latente, quando alega que a empresa NP3 não preencheria os requisitos para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), sustentando que o valor dos contratos firmados pela NP3 excederia o limite legal de receita bruta anual previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Ainda, segundo a recorrente, os contratos celebrados com entes públicos revelariam um faturamento superior ao permitido para EPP, razão pela qual a habilitação da NP3 deveria ser revista. Entretanto, tal argumentação demonstra grave equívoco conceitual e jurídico. (...) Isso porque, assim como descrito no objeto da presente licitação, a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. A natureza do negócio da NP3 envolve: • Gestão da demanda do contratante; • Intermediação e direcionamento dos serviços para prestadores credenciados; • Controle da execução e qualidade dos serviços; • Gestão financeira e repasse dos valores aos executores efetivos do serviço. Portanto, é mais do que clarividente que o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real da NP3, pois a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à NP3 apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Para melhor elucidação, a atuação de uma contratada para o gerenciamento de frota de um órgão público se assemelha àquela desempenhada pelas administradoras de cartões de crédito. Quando um sujeito, então detentor de um cartão de crédito, realiza uma compra de R\$ 5.000,00 em um estabelecimento comercial, a administradora do cartão não incorpora esse montante como faturamento próprio. Ao contrário, ela apenas transaciona esse valor entre consumidor e lojista, auferindo uma taxa, por exemplo, de 5% como remuneração. A mesma lógica aplica-se à NP3 e à todas as demais gerenciadoras: quando um serviço de R\$ 10.000,00 for intermediado, via sistema de gestão, entre esta Administração enquanto contratante e a oficina credenciada, a NP3 não irá incorporar esse valor como receita bruta própria, mas apenas o percentual que lhe cabe pela gestão do serviço, o que representa um montante significativamente menor, em média 5%. Aliás, o próprio artigo citado pela Recorrente na página 10 do seu recurso, ratifica este entendimento. Vejamos: Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Em caso análogo, o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ao analisar o caso das empresas de turismo decidiu que intermediação de vendas e serviços pela agência de turismo configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Vejamos: "AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO. RECEITA BRUTA. A RECEITA AUFERIDA POR AGÊNCIA DE TURISMO POR MEIO DE INTERMEDIÇÃO de negócios relativos a atividade turística, prestados por conta e em nome de terceiros, SERÁ O CORRESPONDENTE À COMISSÃO OU AO</p>



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário Data/Hora Mensagem

ADICIONAL PERCEBIDO EM RAZÃO DA INTERMEDIACÃO de serviços turísticos. Caso o serviço seja prestado pela própria agência de turismo ou em seu nome, sua receita bruta incluirá a totalidade dos valores auferidos de seus clientes. Os valores recebidos dos consumidores e repassados efetivamente aos fornecedores dos serviços prestados não configuram receita bruta da agência de turismo". (CARF. Processo N. 15374.000572/00-37, Acórdão 9101-002.359, Data da Sessão 16/06/2016) No mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, como se verifica da leitura do acórdão 1.702/2017 de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, de cujo voto esclarecedor se extrai o seguinte trecho: " Ora, no caso em apreço, não há evidências nos autos que sinalizem que a agência tenha prestado serviços de hospedagens por sua conta e risco. Ao avesso, dos documentos fiscais acostados quando da oitiva da Trips e da descrição da empresa quanto aos procedimentos relativos aos pagamentos efetuados pelo Ministério Público – Documento 3 (peça 55, pp. 140-145 e peça 56), vê-se se tratar de serviços prestados por conta e risco de terceiros, portanto operações em conta alheia. 59. Outrossim, não há qualquer registro de hospedagens em estabelecimentos próprios ou representados pela empresa, ao contrário, constam notas fiscais relativas a estabelecimentos hoteleiros. Nesse sentido, embora a empresa apresente uma única fatura para efeito de solicitação de pagamento junto à Administração Pública, resta claro que os serviços de hospedagem foram prestados por terceiros/hotéis, e, portanto, as atividades da agência resumem-se à mera intermediação, e não subcontratação. 60. Inclusive, a empresa apresenta as notas fiscais de todos os prestadores de serviços com a menção clara do MPF como cliente, e ainda informa o valor dos tributos a ser retidos na fonte, situação que sinaliza de forma clara que parte do valor a ser recebido será efetivamente repassado a terceiros. 61. Entendimento contrário, implicaria em forçar a empresa pagar tributos por receitas não auferidas – aquelas repassadas aos hotéis, o que lhe acarretaria prejuízo e tornaria sua atividade deficitária. Nesta hipótese, não há dúvidas que eventual fiscalização por parte da Receita federal, trataria os serviços relacionados à hospedagem como operações em conta alheia, excluindo-os para efeito de faturamento/cálculo de tributos. Tanto assim, que passados três anos do exercício em questão (2014), a empresa ainda se encontra inscrita no regime do Simples Nacional, não tendo havido qualquer ato administrativo praticado pelos órgãos fazendários destinado à sua exclusão. 62. De igual modo, a mera apresentação de fatura única contendo os serviços prestados pela empresa não se configura prova robusta a demonstrar o faturamento bruto da empresa como operação em conta própria. É necessário que se considere a realidade do mercado, e nesse diapasão, é de se destacar que passagens e hospedagem, em regra, para efeito do direito tributário, são atividades típicas de operações em conta alheia. Isso porque no caso destas atividades resta clara a atividade da agência de turismo como mera intermediação dos serviços prestados entre clientes, companhias de transportes e estabelecimentos de hospedagem. Assim, qualquer excepcionalidade à aplicação dos conceitos deve ser comprovada no caso concreto, a exemplo de serviços de hospedagens em estabelecimentos próprio da empresa, e não a partir de ilações. 63. Neste sentido, tanto a empresa, bem como o próprio Ministério Público pugnam que a atividade contratada com a Trips consistia na intermediação de serviços. Portanto, no que se refere ao caso das hospedagens, concorda-se com ambas as partes. Ora, não resta a menor sombra de dúvidas que a atividade exercida pelas agências de turismo é análoga as das empresas de gerenciamento de frota. Isso porque neste último caso é certo que as manutenções realizadas nos veículos dos órgãos contratantes foram e são fornecidas/executadas pelas oficinas credenciadas as empresas de gerenciamento de frota, que no caso nada mais são do que intermediadoras dos serviços, cuja receita é a comissão obtida do resultado entre o valor pago pelo órgão contratante e o repassado aos estabelecimentos credenciados. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Desta forma, não há que se falar que todos os valores integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, pois, as contas de recebimento e repasse são transitórias, e maior parte do valor recebido é transferido para conta de repasse (pagamento), o que de acordo com o inciso I do artigo 12 da Lei 12.864/2013, não se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento. (...) Pelos dizeres acima, resta claro que claro que os valores constantes nas contas transitórias não integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, afinal, sequer se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento, e se não integra o patrimônio não é deve ser considerada receita bruta para fins de enquadramento, sendo esse o fluxo que a empresa LINK conhece, mas se utiliza deste expediente para tentar conturbar o processo licitatório com mentiras. A Por fim, as razões expostas pela recorrente carecem de comprovação cabal, bem como de fundamento legal, merecendo, portanto, serem integralmente rechaçadas. Desta forma, observada a demonstração da condição da Recorrida, de modo que não descumpriu os termos do Edital, bem como, não há qualquer previsão legal ou jurisprudencial que autorize a alteração da decisão acertada desta R. Comissão de Licitação, razão pela qual pugna pela rejeição do recurso manejado. DA ALEGADA ATUAÇÃO CONJUNTA COM EMPRESA TERCEIRA E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IMPEDIMENTO LEGAL . A Recorrente tenta desqualificar a habilitação da empresa NP3 com base em uma suposta "atuação conjunta" com outra empresa terceira, cuja identidade não está suficientemente delimitada nos autos do recurso, tampouco acompanhada de qualquer prova robusta. Contudo, essa alegação carece de fundamento legal e fático, pelas seguintes razões: • Inexistência de vínculo formal entre as empresas: A NP3 não integra grupo econômico, consórcio, sociedade coligada ou controlada com qualquer outra empresa citada ou insinuada pela recorrente. Cada pessoa jurídica possui CNPJ próprio, administração própria e contabilidade segregada. • Ausência de qualquer sanção vigente: Não há qualquer registro de sanção administrativa (como suspensão de contratar, impedimento ou declaração de inidoneidade) contra a NP3, seja em nome próprio ou por extensão de vínculo societário. A empresa possui certidões negativas válidas, em conformidade com o exigido pelo edital, o que comprova sua plena regularidade jurídico-administrativa. • Inexistência de responsabilidade objetiva ou reflexa: Mesmo que houvesse eventual relação entre a NP3 e a empresa mencionada pela recorrente — o que se repisa, não foi provado nem formalmente delineado — isso não gera, por si só, qualquer impedimento ou desclassificação automática, pois o ordenamento jurídico brasileiro não prevê responsabilidade solidária entre empresas distintas com base apenas em presunções subjetivas ou ilações genéricas. • Ofensa ao princípio da legalidade: A tentativa de desclassificar a NP3 com base em "atuar em conjunto" com outra empresa, sem qualquer prova formal e válida e sem qualquer respaldo legal, configura ofensa direta ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/88) e ao direito à ampla concorrência nos certames públicos. Desta forma, o entendimento dos Tribunais de Contas e da própria jurisprudência administrativa é claro no sentido de que a desclassificação ou inabilitação de uma empresa exige prova clara e objetiva do descumprimento de requisitos legais e editalícios. Alegações genéricas, como as trazidas pela Recorrente, não são suficientes para justificar qualquer penalidade ou exclusão. (...) Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na documentação da recorrida, tampouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida." DOS PEDIDOS DA RECORRIDA Ante o exposto, requer o total INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto em função da inaplicabilidade de suas parcas e fantasiosas alegações, bem como sejam aceitos os fundamentos aqui demonstrados, para que seja mantida a decisão que declarou a NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Requer, ainda, seja aberto processo administrativo para aplicação de sanção à empresa que interpôs recurso manifestamente protelatório, completamente desligado da realidade do presente processo licitatório. ANÁLISE DO RECURSO Cumpra ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos na Lei das licitações. É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário Data/Hora Mensagem

facilmente sanados. É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas. Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela licitante, suas considerações, das contrarrazões apresentadas pela Recorrida e decisão. Antes de adentrar na avaliação dos fatos, é mister lembrar que o Direito Administrativo, de acordo com a doutrina dominante, recorre às seguintes fontes: a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. No presente processo, os questionamentos levantados pela empresa recorrente, foram alvo de diligência e uma vez respondidos os questionamentos realizados pela Administração Pública, a empresa atendeu os requisitos. Em relação ao enquadramento da empresa como EPP, verificamos que a empresa Recorrida a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. Nesse tipo de atividade, o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real, pois pela natureza do negócio a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Desta forma, não tem como a Administração Pública, com base em números apresentados pela Recorrente, referentes a contratos da Recorrida, chegar a conclusão de que a empresa não se enquadra como EPP, conforme autodeclaração apresentada no trâmite do processo licitatório. A própria legislação vigente, confirma essa questão. Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. No presente caso, a intermediação de vendas e serviços configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Em sede de diligência a equipe de apoio, ao conferir o cartão de CNPJ da empresa recorrida, verifica-se que ela está enquadrada com EPP, portanto a informação oficial é a da receita Federal, não tem como a Administração Pública, com base em documentos apresentados no certame. Cumpre ressaltar que não houve por parte da comissão nenhum questionamento acerca da legitimidade do que consta no CNPJ. A documentação cujo conteúdo foi questionado é uma AUTODECLARAÇÃO DE EPP/ME, considerado com documento original, redigido pela própria empresa licitante e, portanto, de sua total responsabilidade quanto a veracidade das informações. No que tange a alegação de que há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA. Ao realizar consulta no site da CGU e do TCU, nada consta em relação à empresa., vejamos: Considerando que não resta configurado, em princípio, nenhuma ilegalidade aparente, a decisão hostilizada merece ser mantida. As exegeses aqui proferidas são corroboradas pelos entendimentos de nossa doutrina pátria acerca do tema. DA DECISÃO Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa recorrente para NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Classificar a empresa em primeiro lugar, devendo o certame ser submetido a adjudicação e homologação. Importante destacar que a análise e decisão desta não vinculam a decisão acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo. Itambé- BA, 03 de junho de 2025. José Cândido Rocha Araújo PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ - BA.



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	03/06/2025 17:03:49	<p>O Recurso/Reconsideração do LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2025. OBJETO: "Contratação de empresa para a prestação de serviços comum de sistema de auto-gestão informatizada via web para gerenciamento e intermediação de aquisições de materiais para construção, incluindo material elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos e afins, com controle de cotação de preços online, através de sistema informatizado e disponibilização de meio de pagamento e/ou acesso a aquisição dos produtos através de processo sistêmico no Município de Itambé BA". RECORRENTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. RECORRIDA: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, alegando que a declaração apresentada pela empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, venceu o certame, pois apresentou declaração de enquadramento de EPP, contudo se valeu de atestado falso. DAS PRELIMINARES Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os requisitos, pois o Recorrente se manifestou em tempo hábil, manifestando motivadamente a intenção de recorrer, assim estão preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade. DAS RAZÕES RECURSAIS A Recorrente insurge-se contra a decisão do pregoeiro, alegando que:</p> <p>"Porém conforme declaração FALSA da empresa tenha citado expressamente que cumpria o Art. 4º da Lei 14.133/2021, em uma simples pesquisa em seu CNPJ no Portal Nacional de Contratações Públicas, podemos ver um contrato assinado em um valor muito superior ao limite de caracterização de EPP, qual seja, R\$ 4.800, e assinado dias antes da declaração MATERIALMENTE FALSA (...) Cita artigo da lei 123/2021, qual seja: Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) I - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) E prossigue: Sendo assim, não há lacunas para viabilizar o favorecimento de EPP para a NP3, tendo em vista que os valores somados dos contratos celebrados com a administração Pública extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com Empresa de Pequeno Porte. (...) Alega ainda: A permanência nessa condição aparenta ser resultado de uma escolha intencional da empresa, com objetivo de se esquivar das obrigações tributárias e processuais aplicáveis a organizações de um porte maior. (...) Portanto, é essencial que os eventos apresentados sejam devidamente investigados para garantir a integridade e a transparência dos processos licitatórios nos quais a NP3 tem participado. Outro ponto questionado, diz respeito a ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE AS EMPRESAS NP3 E XP3 E NECESSIDADE DE APURAÇÃO DOS CONTRATOS ADVINDOS DE EMPRESA CONJUNTA. Alega o recorrente que "há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA." DO PEDIDO DA RECORRENTE "Pelo exposto, requer-se que o presente Recurso Administrativo Diante das evidências apresentadas, é imperativo que a NP3 seja inabilitada e que se abra um procedimento sancionatório para apurar a sua responsabilidade pela declaração falsa apresentada. Esta investigação é necessária para garantir a conformidade com os princípios." Em sede de Contrarrazões, a empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, alegou: "Conforme já exposto, destaca-se que, as razões recursais apresentadas são completamente infundadas, sendo perceptível o desespero da recorrente, em obter através dos argumentos falhos, em seu recurso, o que não conquistou na sessão de lances, não apresentando preço que lhe colocasse em melhor posição no certame, e em face da sua larga experiência em participações em licitações públicas, só revela a intenção desventurada em apresentar recurso na base do "se colar, colour". (...) Assim, conforme será demonstrado a seguir, toda a argumentação presente no recurso não passa de meras presunções, ilações e indícios, no mais das vezes, fundada em subjetividades, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente. É fato notório que não assiste razão jurídica à recorrente e que tenta de forma reiterada, em diversos certames, induzir esta Administração à erro. Impende ressaltar que as singelas e inconsistentes razões de recurso atentam contra ato administrativo juridicamente perfeito e processualmente regular, posto que, os requisitos objetivo para classificação e habilitação desta recorrida já foram devidamente analisados pela Comissão de Licitação na sessão do processo licitatório, que decidiu acertadamente sobre o assunto. O descaramento da recorrente é latente, quando alega que a empresa NP3 não preencheria os requisitos para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), sustentando que o valor dos contratos firmados pela NP3 excederia o limite legal de receita bruta anual previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Ainda, segundo a recorrente, os contratos celebrados com entes públicos revelariam um faturamento superior ao permitido para EPP, razão pela qual a habilitação da NP3 deveria ser revista. Entretanto, tal argumentação demonstra grave equívoco conceitual e jurídico. (...) Isso porque, assim como descrito no objeto da presente licitação, a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. A natureza do negócio da NP3 envolve: • Gestão da demanda do contratante; • Intermediação e direcionamento dos serviços para prestadores credenciados; • Controle da execução e qualidade dos serviços; • Gestão financeira e repasse dos valores aos executores efetivos do serviço. Portanto, é mais do que clarividente que o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real da NP3, pois a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à NP3 apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Para melhor elucidação, a atuação de uma contratada para o gerenciamento de frota de um órgão público se assemelha àquela desempenhada pelas administradoras de cartões de crédito. Quando um sujeito, então detentor de um cartão de crédito, realiza uma compra de R\$ 5.000,00 em um estabelecimento comercial, a administradora do cartão não incorpora esse montante como faturamento próprio. Ao contrário, ela apenas transaciona esse valor entre consumidor e lojista, auferindo uma taxa, por exemplo, de 5% como remuneração. A mesma lógica aplica-se à NP3 e à todas as demais gerenciadoras: quando um serviço de R\$ 10.000,00 for intermediado, via sistema de gestão, entre esta Administração enquanto contratante e a oficina credenciada, a NP3 não irá incorporar esse valor como receita bruta própria, mas apenas o percentual que lhe cabe pela gestão do serviço, o que representa um montante significativamente menor, em média 5%. Aliás, o próprio artigo citado pela Recorrente na página 10 do seu recurso, ratifica este entendimento. Vejamos: Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Em caso análogo, o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ao analisar o caso das empresas de turismo decidiu que intermediação de vendas e serviços pela agência de turismo configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Vejamos: "AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO. RECEITA BRUTA. A RECEITA AUFERIDA POR AGÊNCIA DE TURISMO POR MEIO DE INTERMEDIÇÃO de negócios relativos a atividade turística, prestados por conta e em nome de terceiros, SERÁ O CORRESPONDENTE À COMISSÃO OU AO</p>



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário Data/Hora Mensagem

ADICIONAL PERCEBIDO EM RAZÃO DA INTERMEDIÇÃO de serviços turísticos. Caso o serviço seja prestado pela própria agência de turismo ou em seu nome, sua receita bruta incluirá a totalidade dos valores auferidos de seus clientes. Os valores recebidos dos consumidores e repassados efetivamente aos fornecedores dos serviços prestados não configuram receita bruta da agência de turismo". (CARF. Processo N. 15374.000572/00-37, Acórdão 9101-002.359, Data da Sessão 16/06/2016) No mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, como se verifica da leitura do acórdão 1.702/2017 de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, de cujo voto esclarecedor se extrai o seguinte trecho: " Ora, no caso em apreço, não há evidências nos autos que sinalizem que a agência tenha prestado serviços de hospedagens por sua conta e risco. Ao avesso, dos documentos fiscais acostados quando da oitiva da Trips e da descrição da empresa quanto aos procedimentos relativos aos pagamentos efetuados pelo Ministério Público – Documento 3 (peça 55, pp. 140-145 e peça 56), vê-se se tratar de serviços prestados por conta e risco de terceiros, portanto operações em conta alheia. 59. Outrossim, não há qualquer registro de hospedagens em estabelecimentos próprios ou representados pela empresa, ao contrário, constam notas fiscais relativas a estabelecimentos hoteleiros. Nesse sentido, embora a empresa apresente uma única fatura para efeito de solicitação de pagamento junto à Administração Pública, resta claro que os serviços de hospedagem foram prestados por terceiros/hotéis, e, portanto, as atividades da agência resumem-se à mera intermediação, e não subcontratação. 60. Inclusive, a empresa apresenta as notas fiscais de todos os prestadores de serviços com a menção clara do MPF como cliente, e ainda informa o valor dos tributos a ser retidos na fonte, situação que sinaliza de forma clara que parte do valor a ser recebido será efetivamente repassado a terceiros. 61. Entendimento contrário, implicaria em forçar a empresa pagar tributos por receitas não auferidas – aquelas repassadas aos hotéis, o que lhe acarretaria prejuízo e tornaria sua atividade deficitária. Nesta hipótese, não há dúvidas que eventual fiscalização por parte da Receita federal, trataria os serviços relacionados à hospedagem como operações em conta alheia, excluindo-os para efeito de faturamento/cálculo de tributos. Tanto assim, que passados três anos do exercício em questão (2014), a empresa ainda se encontra inscrita no regime do Simples Nacional, não tendo havido qualquer ato administrativo praticado pelos órgãos fazendários destinado à sua exclusão. 62. De igual modo, a mera apresentação de fatura única contendo os serviços prestados pela empresa não se configura prova robusta a demonstrar o faturamento bruto da empresa como operação em conta própria. É necessário que se considere a realidade do mercado, e nesse diapasão, é de se destacar que passagens e hospedagem, em regra, para efeito do direito tributário, são atividades típicas de operações em conta alheia. Isso porque no caso destas atividades resta clara a atividade da agência de turismo como mera intermediação dos serviços prestados entre clientes, companhias de transportes e estabelecimentos de hospedagem. Assim, qualquer excepcionalidade à aplicação dos conceitos deve ser comprovada no caso concreto, a exemplo de serviços de hospedagens em estabelecimentos próprio da empresa, e não a partir de ilações. 63. Neste sentido, tanto a empresa, bem como o próprio Ministério Público pugnam que a atividade contratada com a Trips consistia na intermediação de serviços. Portanto, no que se refere ao caso das hospedagens, concorda-se com ambas as partes. Ora, não resta a menor sombra de dúvidas que a atividade exercida pelas agências de turismo é análoga as das empresas de gerenciamento de frota. Isso porque neste último caso é certo que as manutenções realizadas nos veículos dos órgãos contratantes foram e são fornecidas/executadas pelas oficinas credenciadas as empresas de gerenciamento de frota, que no caso nada mais são do que intermediadoras dos serviços, cuja receita é a comissão obtida do resultado entre o valor pago pelo órgão contratante e o repassado aos estabelecimentos credenciados. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Desta forma, não há que se falar que todos os valores integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, pois, as contas de recebimento e repasse são transitórias, e maior parte do valor recebido é transferido para conta de repasse (pagamento), o que de acordo com o inciso I do artigo 12 da Lei 12.864/2013, não se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento. (...) Pelos dizeres acima, resta claro que claro que os valores constantes nas contas transitórias não integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, afinal, sequer se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento, e se não integra o patrimônio não é deve ser considerada receita bruta para fins de enquadramento, sendo esse o fluxo que a empresa LINK conhece, mas se utiliza deste expediente para tentar conturbar o processo licitatório com mentiras. A Por fim, as razões expostas pela recorrente carecem de comprovação cabal, bem como de fundamento legal, merecendo, portanto, serem integralmente rechaçadas. Desta forma, observada a demonstração da condição da Recorrida, de modo que não descumpriu os termos do Edital, bem como, não há qualquer previsão legal ou jurisprudencial que autorize a alteração da decisão acertada desta R. Comissão de Licitação, razão pela qual pugna pela rejeição do recurso manejado. DA ALEGADA ATUAÇÃO CONJUNTA COM EMPRESA TERCEIRA E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IMPEDIMENTO LEGAL . A Recorrente tenta desqualificar a habilitação da empresa NP3 com base em uma suposta "atuação conjunta" com outra empresa terceira, cuja identidade não está suficientemente delimitada nos autos do recurso, tampouco acompanhada de qualquer prova robusta. Contudo, essa alegação carece de fundamento legal e fático, pelas seguintes razões: • Inexistência de vínculo formal entre as empresas: A NP3 não integra grupo econômico, consórcio, sociedade coligada ou controlada com qualquer outra empresa citada ou insinuada pela recorrente. Cada pessoa jurídica possui CNPJ próprio, administração própria e contabilidade segregada. • Ausência de qualquer sanção vigente: Não há qualquer registro de sanção administrativa (como suspensão de contratar, impedimento ou declaração de inidoneidade) contra a NP3, seja em nome próprio ou por extensão de vínculo societário. A empresa possui certidões negativas válidas, em conformidade com o exigido pelo edital, o que comprova sua plena regularidade jurídico-administrativa. • Inexistência de responsabilidade objetiva ou reflexa: Mesmo que houvesse eventual relação entre a NP3 e a empresa mencionada pela recorrente — o que se repisa, não foi provado nem formalmente delineado — isso não gera, por si só, qualquer impedimento ou desclassificação automática, pois o ordenamento jurídico brasileiro não prevê responsabilidade solidária entre empresas distintas com base apenas em presunções subjetivas ou ilações genéricas. • Ofensa ao princípio da legalidade: A tentativa de desclassificar a NP3 com base em "atuar em conjunto" com outra empresa, sem qualquer prova formal e válida e sem qualquer respaldo legal, configura ofensa direta ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/88) e ao direito à ampla concorrência nos certames públicos. Desta forma, o entendimento dos Tribunais de Contas e da própria jurisprudência administrativa é claro no sentido de que a desclassificação ou inabilitação de uma empresa exige prova clara e objetiva do descumprimento de requisitos legais e editalícios. Alegações genéricas, como as trazidas pela Recorrente, não são suficientes para justificar qualquer penalidade ou exclusão. (...) Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na documentação da recorrida, tampouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida." DOS PEDIDOS DA RECORRIDA Ante o exposto, requer o total INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto em função da inaplicabilidade de suas parcas e fantasiosas alegações, bem como sejam aceitos os fundamentos aqui demonstrados, para que seja mantida a decisão que declarou a NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Requer, ainda, seja aberto processo administrativo para aplicação de sanção à empresa que interpôs recurso manifestamente protelatório, completamente desligado da realidade do presente processo licitatório. ANÁLISE DO RECURSO Cumpra ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos na Lei das licitações. É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Mensagens do Lote 1

Usuário Data/Hora Mensagem

facilmente sanados. É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas. Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela licitante, suas considerações, das contrarrazões apresentadas pela Recorrida e decisão. Antes de adentrar na avaliação dos fatos, é mister lembrar que o Direito Administrativo, de acordo com a doutrina dominante, recorre às seguintes fontes: a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. No presente processo, os questionamentos levantados pela empresa recorrente, foram alvo de diligência e uma vez respondidos os questionamentos realizados pela Administração Pública, a empresa atendeu os requisitos. Em relação ao enquadramento da empresa como EPP, verificamos que a empresa Recorrida a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. Nesse tipo de atividade, o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real, pois pela natureza do negócio a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Desta forma, não tem como a Administração Pública, com base em números apresentados pela Recorrente, referentes a contratos da Recorrida, chegar a conclusão de que a empresa não se enquadra como EPP, conforme autodeclaração apresentada no trâmite do processo licitatório. A própria legislação vigente, confirma essa questão. Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. No presente caso, a intermediação de vendas e serviços configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Em sede de diligência a equipe de apoio, ao conferir o cartão de CNPJ da empresa recorrida, verifica-se que ela está enquadrada com EPP, portanto a informação oficial é a da receita Federal, não tem como a Administração Pública, com base em documentos apresentados no certame. Cumpre ressaltar que não houve por parte da comissão nenhum questionamento acerca da legitimidade do que consta no CNPJ. A documentação cujo conteúdo foi questionado é uma AUTODECLARAÇÃO DE EPP/ME, considerado com documento original, redigido pela própria empresa licitante e, portanto, de sua total responsabilidade quanto a veracidade das informações. No que tange a alegação de que há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA. Ao realizar consulta no site da CGU e do TCU, nada consta em relação à empresa., vejamos: Considerando que não resta configurado, em princípio, nenhuma ilegalidade aparente, a decisão hostilizada merece ser mantida. As exegeses aqui proferidas são corroboradas pelos entendimentos de nossa doutrina pátria acerca do tema. DA DECISÃO Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa recorrente para NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Classificar a empresa em primeiro lugar, devendo o certame ser submetido a adjudicação e homologação. Importante destacar que a análise e decisão desta não vinculam a decisão acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo. Itambé- BA, 03 de junho de 2025. José Cândido Rocha Araújo PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ - BA.

04/06/2025 09:35:13 A disputa do LOTE 1 está encerrada. Despacho: .

Classificação Final do Lote 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta %
1º	NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	-20,52 %
2º	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	-20,51 %



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	12039966000111	19/05/2025 11:21:02		<p>JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2025. OBJETO: "Contratação de empresa para a prestação de serviços comum de sistema de auto-gestão informatizada via web para gerenciamento e intermediação de aquisições de materiais para construção, incluindo material elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos e afins, com controle de cotação de preços online, através de sistema informatizado e disponibilização de meio de pagamento e/ou acesso a aquisição dos produtos através de processo sistêmico no Município de Itambé BA". RECORRENTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. RECORRIDA: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, alegando que a declaração apresentada pela empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, venceu o certame, pois apresentou declaração de enquadramento de EPP, contudo se valeu de atestado falso. DAS PRELIMINARES Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os requisitos, pois o Recorrente se manifestou em tempo hábil, manifestando motivadamente a intenção de recorrer, assim estão preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade. DAS RAZÕES RECURSAIS A Recorrente insurge-se contra a decisão do pregoeiro, alegando que: "Porém conforme declaração FALSA da empresa tenha citado expressamente que cumpria o Art. 4º da Lei 14.133/2021, em uma simples pesquisa em seu CNPJ no Portal Nacional de Contratações Públicas, podemos ver um contrato assinado em um valor muito superior ao limite de caracterização de EPP, qual seja, R\$ 4.800, e assinado dias antes da declaração MATERIALMENTE FALSA (...) Cita artigo da lei 123/2021, qual seja: Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) I - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) E prossegue: Sendo assim, não há lacunas para viabilizar o favorecimento de EPP para a NP3, tendo em vista que os valores somados dos contratos celebrados com a administração Pública extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com Empresa de Pequeno Porte. (...) Alega ainda: A permanência nessa condição aparenta ser resultado de uma escolha intencional da empresa, com objetivo de se esquivar das obrigações tributárias e processuais aplicáveis a organizações de um porte maior. (...) Portanto, é essencial que os eventos apresentados sejam devidamente investigados para garantir a integridade e a transparência dos processos licitatórios nos quais a NP3 tem participado. Outro ponto questionado, diz respeito a ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE AS EMPRESAS NP3 E XP3 E NECESSIDADE DE APURAÇÃO DOS CONTRATOS ADVINDOS DE EMPRESA CONJUNTA. Alega o recorrente que "há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA." DO PEDIDO DA RECORRENTE "Pelo exposto, requer-se que o presente Recurso Administrativo Diante das evidências apresentadas, é imperativo que a NP3 seja inabilitada e que se abra um procedimento sancionatório para apurar a sua responsabilidade pela declaração falsa apresentada. Esta investigação é necessária para garantir a conformidade com os princípios." Em sede de Contrarrazões, a empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, alegou: "Conforme já exposto, destaca-se que, as razões recursais apresentadas são completamente infundadas, sendo perceptível o desespero da recorrente, em obter através dos argumentos falhos, em seu recurso, o que não conquistou na sessão de lances, não apresentando preço que lhe colocasse em melhor posição no certame, e em face da sua larga experiência em participações em licitações públicas, só revela a intenção desventurada em apresentar recurso na base do "se colar, colou". (...) Assim, conforme será demonstrado a seguir, toda a argumentação presente no recurso não passa de meras presunções, ilações e indícios, no mais das vezes, fundada em subjetividades, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente. É fato notório que não assiste razão jurídica à recorrente e que tenta de forma reiterada, em diversos certames, induzir esta Administração à erro. Impende ressaltar que as singelas e inconsistentes razões de recurso atentam contra ato administrativo juridicamente perfeito e processualmente regular, posto que, os requisitos objetivo</p>	Indeferido



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>para classificação e habilitação desta recorrida já foram devidamente analisados pela Comissão de Licitação na sessão do processo licitatório, que decidiu acertadamente sobre o assunto. O descaramento da recorrente é latente, quando alega que a empresa NP3 não preencheria os requisitos para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), sustentando que o valor dos contratos firmados pela NP3 excederia o limite legal de receita bruta anual previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Ainda, segundo a recorrente, os contratos celebrados com entes públicos revelariam um faturamento superior ao permitido para EPP, razão pela qual a habilitação da NP3 deveria ser revista. Entretanto, tal argumentação demonstra grave equívoco conceitual e jurídico. (...) Isso porque, assim como descrito no objeto da presente licitação, a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. A natureza do negócio da NP3 envolve: • Gestão da demanda do contratante; • Intermediação e direcionamento dos serviços para prestadores credenciados; • Controle da execução e qualidade dos serviços; • Gestão financeira e repasse dos valores aos executores efetivos do serviço. Portanto, é mais do que clarificante que o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real da NP3, pois a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à NP3 apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Para melhor elucidação, a atuação de uma contratada para o gerenciamento de frota de um órgão público se assemelha àquela desempenhada pelas administradoras de cartões de crédito. Quando um sujeito, então detentor de um cartão de crédito, realiza uma compra de R\$ 5.000,00 em um estabelecimento comercial, a administradora do cartão não incorpora esse montante como faturamento próprio. Ao contrário, ela apenas transaciona esse valor entre consumidor e lojista, auferindo uma taxa, por exemplo, de 5% como remuneração. A mesma lógica aplica-se à NP3 e à todas as demais gerenciadoras: quando um serviço de R\$ 10.000,00 for intermediado, via sistema de gestão, entre esta Administração enquanto contratante e a oficina credenciada, a NP3 não irá incorporar esse valor como receita bruta própria, mas apenas o percentual que lhe cabe pela gestão do serviço, o que representa um montante significativamente menor, em média 5%. Aliás, o próprio artigo citado pela Recorrente na página 10 do seu recurso, ratifica este entendimento. Vejamos: Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Em caso análogo, o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ao analisar o caso das empresas de turismos decidiu que intermediação de vendas e serviços pela agência de turismo configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Vejamos: "AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO. RECEITA BRUTA. A RECEITA AUFERIDA POR AGÊNCIA DE TURISMO POR MEIO DE INTERMEDIÇÃO de negócios relativos a atividade turística, prestados por conta e em nome de terceiros, SERÁ O CORRESPONDENTE À COMISSÃO OU AO ADICIONAL PERCEBIDO EM RAZÃO DA INTERMEDIÇÃO de serviços turísticos. Caso o serviço seja prestado pela própria agência de turismo ou em seu nome, sua receita bruta incluirá a totalidade dos valores auferidos de seus clientes. Os valores recebidos dos consumidores e repassados efetivamente aos fornecedores dos serviços prestados não configuram receita bruta da agência de turismo". (CARF. Processo N. 15374.000572/00-37, Acórdão 9101-002.359, Data da Sessão 16/06/2016) No mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, como se verifica da leitura do acórdão 1.702/2017 de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, de cujo voto esclarecedor se extrai o seguinte trecho: " Ora, no caso em apreço, não há evidências nos autos que sinalizem que a agência tenha prestado serviços de hospedagens por sua conta e risco. Ao avesso, dos documentos fiscais acostados quando da oitiva da Trips e da descrição da empresa quanto aos procedimentos relativos aos pagamentos efetuados pelo Ministério Público – Documento 3 (peça 55, pp. 140-145 e peça 56), vê-se se tratar de serviços prestados por conta e risco de terceiros, portanto operações em conta alheia. 59. Outrossim, não há qualquer registro de hospedagens em estabelecimentos próprios ou representados pela empresa, ao contrário, constam notas fiscais relativas a estabelecimentos hoteleiros. Nesse sentido, embora a empresa apresente uma única fatura para efeito de solicitação de pagamento junto à Administração Pública, resta claro que os serviços de hospedagem foram prestados por terceiros/hotéis, e, portanto, as atividades da</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>agência resumem-se à mera intermediação, e não subcontratação. 60. Inclusive, a empresa apresenta as notas fiscais de todos os prestadores de serviços com a menção clara do MPF como cliente, e ainda informa o valor dos tributos a ser retidos na fonte, situação que sinaliza de forma clara que parte do valor a ser recebido será efetivamente repassado a terceiros. 61. Entendimento contrário, implicaria em forçar a empresa pagar tributos por receitas não auferidas – aquelas repassadas aos hotéis, o que lhe acarretaria prejuízo e tornaria sua atividade deficitária. Nesta hipótese, não há dúvidas que eventual fiscalização por parte da Receita federal, trataria os serviços relacionados à hospedagem como operações em conta alheia, excluindo-os para efeito de faturamento/cálculo de tributos. Tanto assim, que passados três anos do exercício em questão (2014), a empresa ainda se encontra inscrita no regime do Simples Nacional, não tendo havido qualquer ato administrativo praticado pelos órgãos fazendários destinado à sua exclusão. 62. De igual modo, a mera apresentação de fatura única contendo os serviços prestados pela empresa não se configura prova robusta a demonstrar o faturamento bruto da empresa como operação em conta própria. É necessário que se considere a realidade do mercado, e nesse diapasão, é de se destacar que passagens e hospedagem, em regra, para efeito do direito tributário, são atividades típicas de operações em conta alheia. Isso porque no caso destas atividades resta clara a atividade da agência de turismo como mera intermediação dos serviços prestados entre clientes, companhias de transportes e estabelecimentos de hospedagem. Assim, qualquer excepcionalidade à aplicação dos conceitos deve ser comprovada no caso concreto, a exemplo de serviços de hospedagens em estabelecimentos próprio da empresa, e não a partir de ilações. 63. Neste sentido, tanto a empresa, bem como o próprio Ministério Público pugnam que a atividade contratada com a Trips consistia na intermediação de serviços. Portanto, no que se refere ao caso das hospedagens, concorda-se com ambas as partes. Ora, não resta a menor sombra de dúvidas que a atividade exercida pelas agências de turismo é análoga as das empresas de gerenciamento de frota. Isso porque neste último caso é certo que as manutenções realizadas nos veículos dos órgãos contratantes foram e são fornecidas/executadas pelas oficinas credenciadas as empresas de gerenciamento de frota, que no caso nada mais são do que intermediadoras dos serviços, cuja receita é a comissão obtida do resultado entre o valor pago pelo órgão contratante e o repassado aos estabelecimentos credenciados. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Desta forma, não há que se falar que todos os valores integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, pois, as contas de recebimento e repasse são transitórias, e maior parte do valor recebido é transferido para conta de repasse (pagamento), o que de acordo com o inciso I do artigo 12 da Lei 12.864/2013, não se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento. (...) Pelos dizeres acima, resta claro que os valores constantes nas contas transitórias não integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, afinal, sequer se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento, e se não integra o patrimônio não é deve ser considerada receita bruta para fins de enquadramento, sendo esse o fluxo que a empresa LINK conhece, mas se utiliza deste expediente para tentar conturbar o processo licitatório com mentiras. A Por fim, as razões expostas pela recorrente carecem de comprovação cabal, bem como de fundamento legal, merecendo, portanto, serem integralmente rechaçadas. Desta forma, observada a demonstração da condição da Recorrida, de modo que não descumpriu os termos do Edital, bem como, não há qualquer previsão legal ou jurisprudencial que autorize a alteração da decisão acertada desta R. Comissão de Licitação, razão pela qual pugna pela rejeição do recurso manejado. DA ALEGADA ATUAÇÃO CONJUNTA COM EMPRESA TERCEIRA E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IMPEDIMENTO LEGAL . A Recorrente tenta desqualificar a habilitação da empresa NP3 com base em uma suposta "atuação conjunta" com outra empresa terceira, cuja identidade não está suficientemente delimitada nos autos do recurso, tampouco acompanhada de qualquer prova robusta. Contudo, essa alegação carece de fundamento legal e fático, pelas seguintes razões: • Inexistência de vínculo formal entre as empresas: A NP3 não integra grupo econômico, consórcio, sociedade coligada ou controlada com qualquer outra empresa citada ou insinuada pela recorrente. Cada pessoa jurídica possui CNPJ próprio, administração própria e contabilidade segregada. • Ausência de qualquer sanção vigente: Não há qualquer registro de sanção administrativa vigente (como suspensão de contratar, impedimento ou declaração de inidoneidade) contra a NP3, seja em nome próprio ou por extensão de vínculo societário. A empresa possui certidões negativas válidas, em conformidade com o exigido pelo edital, o que comprova sua plena regularidade jurídico-administrativa.</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>• Inexistência de responsabilidade objetiva ou reflexa: Mesmo que houvesse eventual relação entre a NP3 e a empresa mencionada pela recorrente — o que se repisa, não foi provado nem formalmente delineado — isso não gera, por si só, qualquer impedimento ou desclassificação automática, pois o ordenamento jurídico brasileiro não prevê responsabilidade solidária entre empresas distintas com base apenas em presunções subjetivas ou ilações genéricas. • Ofensa ao princípio da legalidade: A tentativa de desclassificar a NP3 com base em “atuar em conjunto” com outra empresa, sem qualquer prova formal e válida e sem qualquer respaldo legal, configura ofensa direta ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/88) e ao direito à ampla concorrência nos certames públicos. Desta forma, o entendimento dos Tribunais de Contas e da própria jurisprudência administrativa é claro no sentido de que a desclassificação ou inabilitação de uma empresa exige prova clara e objetiva do descumprimento de requisitos legais e editalícios. Alegações genéricas, como as trazidas pela Recorrente, não são suficientes para justificar qualquer penalidade ou exclusão. (...) Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na documentação da recorrida, tampouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.” DOS PEDIDOS DA RECORRIDA Ante o exposto, requer o total INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto em função da inaplicabilidade de suas parcas e fantasiosas alegações, bem como sejam aceitos os fundamentos aqui demonstrados, para que seja mantida a decisão que declarou a NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Requer, ainda, seja aberto processo administrativo para aplicação de sanção à empresa que interpôs recurso manifestamente protelatório, completamente desligado da realidade do presente processo licitatório. ANÁLISE DO RECURSO Cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos na Lei das licitações. É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser facilmente sanados. É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas. Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela licitante, suas considerações, das contrarrazões apresentadas pela Recorrida e decisão. Antes de adentrar na avaliação dos fatos, é mister lembrar que o Direito Administrativo, de acordo com a doutrina dominante, recorre às seguintes fontes: a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. No presente processo, os questionamentos levantados pela empresa recorrente, foram alvo de diligência e uma vez respondidos os questionamentos realizados pela Administração Pública, a empresa atendeu os requisitos. Em relação ao enquadramento da empresa como EPP, verificamos que a empresa Recorrida a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. Nesse tipo de atividade, o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real, pois pela natureza do negócio a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Desta forma, não tem como a Administração Pública, com base em números apresentados pela Recorrente, referentes a contratos da Recorrida, chegar a conclusão de que a empresa não se enquadra como EPP, conforme autodeclaração apresentada no trâmite do processo licitatório. A própria legislação vigente, confirma essa questão. Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. No presente caso, a intermediação de vendas e serviços configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Em sede de diligência a equipe de apoio, ao conferir o cartão de CNPJ da empresa recorrida, verifica-se que ela está enquadrada com EPP, portanto a informação oficial é a da receita</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>Federal, não tem como a Administração Pública, com base em documentos apresentados no certame. Cumpre ressaltar que não houve por parte da comissão nenhum questionamento acerca da legitimidade do que consta no CNPJ. A documentação cujo conteúdo foi questionado é uma AUTODECLARAÇÃO DE EPP/ME, considerado com documento original, redigido pela própria empresa licitante e, portanto, de sua total responsabilidade quanto a veracidade das informações. No que tange a alegação de que há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA. Ao realizar consulta no site da CGU e do TCU, nada consta em relação á empresa., vejamos: Considerando que não resta configurado, em princípio, nenhuma ilegalidade aparente, a decisão hostilizada merece ser mantida. As exegeses aqui proferidas são corroboradas pelos entendimentos de nossa doutrina pátria acerca do tema. DA DECISÃO Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa recorrente para NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Classificar a empresa em primeiro lugar, devendo o certame ser submetido a adjudicação e homologação. Importante destacar que a análise e decisão desta não vinculam a decisão acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo. Itambé- BA, 03 de junho de 2025. José Cândido Rocha Araújo PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ - BA</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA	12039966000111	20/05/2025 11:00:16		<p>JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº010/2025. OBJETO: "Contratação de empresa para a prestação de serviços comum de sistema de auto-gestão informatizada via web para gerenciamento e intermediação de aquisições de materiais para construção, incluindo material elétrico, hidráulico, ferramentas, equipamentos e afins, com controle de cotação de preços online, através de sistema informatizado e disponibilização de meio de pagamento e/ou acesso a aquisição dos produtos através de processo sistêmico no Município de Itambé BA". RECORRENTE: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA. RECORRIDA: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA, alegando que a declaração apresentada pela empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, venceu o certame, pois apresentou declaração de enquadramento de EPP, contudo se valeu de atestado falso. DAS PRELIMINARES Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos os requisitos, pois o Recorrente se manifestou em tempo hábil, manifestando motivadamente a intenção de recorrer, assim estão preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade. DAS RAZÕES RECURSAIS A Recorrente insurge-se contra a decisão do pregoeiro, alegando que: "Porém conforme declaração FALSA da empresa tenha citado expressamente que cumpria o Art. 4º da Lei 14.133/2021, em uma simples pesquisa em seu CNPJ no Portal Nacional de Contratações Públicas, podemos ver um contrato assinado em um valor muito superior ao limite de caracterização de EPP, qual seja, R\$ 4.800, e assinado dias antes da declaração MATERIALMENTE FALSA (...) Cita artigo da lei 123/2021, qual seja: Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: (...) I - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) E prossegue: Sendo assim, não há lacunas para viabilizar o favorecimento de EPP para a NP3, tendo em vista que os valores somados dos contratos celebrados com a administração Pública extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento com Empresa de Pequeno Porte. (...) Alega ainda: A permanência nessa condição aparenta ser resultado de uma escolha intencional da empresa, com objetivo de se esquivar das obrigações tributárias e processuais aplicáveis a organizações de um porte maior. (...) Portanto, é essencial que os eventos apresentados sejam devidamente investigados para garantir a integridade e a transparência dos processos licitatórios nos quais a NP3 tem participado. Outro ponto questionado, diz respeito a ATUAÇÃO CONJUNTA ENTRE AS EMPRESAS NP3 E XP3 E NECESSIDADE DE APURAÇÃO DOS CONTRATOS ADVINDOS DE EMPRESA CONJUNTA. Alega o recorrente que "há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA." DO PEDIDO DA RECORRENTE "Pelo exposto, requer-se que o presente Recurso Administrativo Diante das evidências apresentadas, é imperativo que a NP3 seja inabilitada e que se abra um procedimento sancionatório para apurar a sua responsabilidade pela declaração falsa apresentada. Esta investigação é necessária para garantir a conformidade com os princípios." Em sede de Contrarrazões, a empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL, alegou: "Conforme já exposto, destaca-se que, as razões recursais apresentadas são completamente infundadas, sendo perceptível o desespero da recorrente, em obter através dos argumentos falhos, em seu recurso, o que não conquistou na sessão de lances, não apresentando preço que lhe colocasse em melhor posição no certame, e em face da sua larga experiência em participações em licitações públicas, só revela a intenção desventurada em apresentar recurso na base do "se colar, colou". (...) Assim, conforme será demonstrado a seguir, toda a argumentação presente no recurso não passa de meras presunções, ilações e indícios, no mais das vezes, fundada em subjetividades, organizadas fora do contexto ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente. É fato notório que não assiste razão jurídica à recorrente e que tenta de forma reiterada, em diversos certames, induzir esta Administração à erro. Impende ressaltar que as singelas e inconsistentes razões de recurso atentam contra ato administrativo juridicamente perfeito e processualmente regular, posto que, os requisitos objetivo</p>	Indeferido



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>para classificação e habilitação desta recorrida já foram devidamente analisados pela Comissão de Licitação na sessão do processo licitatório, que decidiu acertadamente sobre o assunto. O descaramento da recorrente é latente, quando alega que a empresa NP3 não preencheria os requisitos para enquadramento como Empresa de Pequeno Porte (EPP), sustentando que o valor dos contratos firmados pela NP3 excederia o limite legal de receita bruta anual previsto na Lei Complementar nº 123/2006. Ainda, segundo a recorrente, os contratos celebrados com entes públicos revelariam um faturamento superior ao permitido para EPP, razão pela qual a habilitação da NP3 deveria ser revista. Entretanto, tal argumentação demonstra grave equívoco conceitual e jurídico. (...) Isso porque, assim como descrito no objeto da presente licitação, a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. A natureza do negócio da NP3 envolve: • Gestão da demanda do contratante; • Intermediação e direcionamento dos serviços para prestadores credenciados; • Controle da execução e qualidade dos serviços; • Gestão financeira e repasse dos valores aos executores efetivos do serviço. Portanto, é mais do que clarificante que o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real da NP3, pois a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à NP3 apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Para melhor elucidação, a atuação de uma contratada para o gerenciamento de frota de um órgão público se assemelha àquela desempenhada pelas administradoras de cartões de crédito. Quando um sujeito, então detentor de um cartão de crédito, realiza uma compra de R\$ 5.000,00 em um estabelecimento comercial, a administradora do cartão não incorpora esse montante como faturamento próprio. Ao contrário, ela apenas transaciona esse valor entre consumidor e lojista, auferindo uma taxa, por exemplo, de 5% como remuneração. A mesma lógica aplica-se à NP3 e à todas as demais gerenciadoras: quando um serviço de R\$ 10.000,00 for intermediado, via sistema de gestão, entre esta Administração enquanto contratante e a oficina credenciada, a NP3 não irá incorporar esse valor como receita bruta própria, mas apenas o percentual que lhe cabe pela gestão do serviço, o que representa um montante significativamente menor, em média 5%. Aliás, o próprio artigo citado pela Recorrente na página 10 do seu recurso, ratifica este entendimento. Vejamos: Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Em caso análogo, o CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ao analisar o caso das empresas de turismos decidiu que intermediação de vendas e serviços pela agência de turismo configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Vejamos: "AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO. RECEITA BRUTA. A RECEITA AUFERIDA POR AGÊNCIA DE TURISMO POR MEIO DE INTERMEDIÇÃO de negócios relativos a atividade turística, prestados por conta e em nome de terceiros, SERÁ O CORRESPONDENTE À COMISSÃO OU AO ADICIONAL PERCEBIDO EM RAZÃO DA INTERMEDIÇÃO de serviços turísticos. Caso o serviço seja prestado pela própria agência de turismo ou em seu nome, sua receita bruta incluirá a totalidade dos valores auferidos de seus clientes. Os valores recebidos dos consumidores e repassados efetivamente aos fornecedores dos serviços prestados não configuram receita bruta da agência de turismo". (CARF. Processo N. 15374.000572/00-37, Acórdão 9101-002.359, Data da Sessão 16/06/2016) No mesmo sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União, como se verifica da leitura do acórdão 1.702/2017 de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, de cujo voto esclarecedor se extrai o seguinte trecho: " Ora, no caso em apreço, não há evidências nos autos que sinalizem que a agência tenha prestado serviços de hospedagens por sua conta e risco. Ao avesso, dos documentos fiscais acostados quando da oitiva da Trips e da descrição da empresa quanto aos procedimentos relativos aos pagamentos efetuados pelo Ministério Público – Documento 3 (peça 55, pp. 140-145 e peça 56), vê-se se tratar de serviços prestados por conta e risco de terceiros, portanto operações em conta alheia. 59. Outrossim, não há qualquer registro de hospedagens em estabelecimentos próprios ou representados pela empresa, ao contrário, constam notas fiscais relativas a estabelecimentos hoteleiros. Nesse sentido, embora a empresa apresente uma única fatura para efeito de solicitação de pagamento junto à Administração Pública, resta claro que os serviços de hospedagem foram prestados por terceiros/hotéis, e, portanto, as atividades da</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>agência resumem-se à mera intermediação, e não subcontratação. 60. Inclusive, a empresa apresenta as notas fiscais de todos os prestadores de serviços com a menção clara do MPF como cliente, e ainda informa o valor dos tributos a ser retidos na fonte, situação que sinaliza de forma clara que parte do valor a ser recebido será efetivamente repassado a terceiros. 61. Entendimento contrário, implicaria em forçar a empresa pagar tributos por receitas não auferidas – aquelas repassadas aos hotéis, o que lhe acarretaria prejuízo e tornaria sua atividade deficitária. Nesta hipótese, não há dúvidas que eventual fiscalização por parte da Receita federal, trataria os serviços relacionados à hospedagem como operações em conta alheia, excluindo-os para efeito de faturamento/cálculo de tributos. Tanto assim, que passados três anos do exercício em questão (2014), a empresa ainda se encontra inscrita no regime do Simples Nacional, não tendo havido qualquer ato administrativo praticado pelos órgãos fazendários destinado à sua exclusão. 62. De igual modo, a mera apresentação de fatura única contendo os serviços prestados pela empresa não se configura prova robusta a demonstrar o faturamento bruto da empresa como operação em conta própria. É necessário que se considere a realidade do mercado, e nesse diapasão, é de se destacar que passagens e hospedagem, em regra, para efeito do direito tributário, são atividades típicas de operações em conta alheia. Isso porque no caso destas atividades resta clara a atividade da agência de turismo como mera intermediação dos serviços prestados entre clientes, companhias de transportes e estabelecimentos de hospedagem. Assim, qualquer excepcionalidade à aplicação dos conceitos deve ser comprovada no caso concreto, a exemplo de serviços de hospedagens em estabelecimentos próprio da empresa, e não a partir de ilações. 63. Neste sentido, tanto a empresa, bem como o próprio Ministério Público pugnam que a atividade contratada com a Trips consistia na intermediação de serviços. Portanto, no que se refere ao caso das hospedagens, concorda-se com ambas as partes. Ora, não resta a menor sombra de dúvidas que a atividade exercida pelas agências de turismo é análoga as das empresas de gerenciamento de frota. Isso porque neste último caso é certo que as manutenções realizadas nos veículos dos órgãos contratantes foram e são fornecidas/executadas pelas oficinas credenciadas as empresas de gerenciamento de frota, que no caso nada mais são do que intermediadoras dos serviços, cuja receita é a comissão obtida do resultado entre o valor pago pelo órgão contratante e o repassado aos estabelecimentos credenciados. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Desta forma, não há que se falar que todos os valores integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, pois, as contas de recebimento e repasse são transitórias, e maior parte do valor recebido é transferido para conta de repasse (pagamento), o que de acordo com o inciso I do artigo 12 da Lei 12.864/2013, não se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento. (...) Pelos dizeres acima, resta claro que os valores constantes nas contas transitórias não integram a receita bruta das empresas de gerenciamento, afinal, sequer se confundem com o patrimônio da instituição de pagamento, e se não integra o patrimônio não é deve ser considerada receita bruta para fins de enquadramento, sendo esse o fluxo que a empresa LINK conhece, mas se utiliza deste expediente para tentar conturbar o processo licitatório com mentiras. A Por fim, as razões expostas pela recorrente carecem de comprovação cabal, bem como de fundamento legal, merecendo, portanto, serem integralmente rechaçadas. Desta forma, observada a demonstração da condição da Recorrida, de modo que não descumpriu os termos do Edital, bem como, não há qualquer previsão legal ou jurisprudencial que autorize a alteração da decisão acertada desta R. Comissão de Licitação, razão pela qual pugna pela rejeição do recurso manejado. DA ALEGADA ATUAÇÃO CONJUNTA COM EMPRESA TERCEIRA E INEXISTÊNCIA DE QUALQUER IMPEDIMENTO LEGAL . A Recorrente tenta desqualificar a habilitação da empresa NP3 com base em uma suposta "atuação conjunta" com outra empresa terceira, cuja identidade não está suficientemente delimitada nos autos do recurso, tampouco acompanhada de qualquer prova robusta. Contudo, essa alegação carece de fundamento legal e fático, pelas seguintes razões: • Inexistência de vínculo formal entre as empresas: A NP3 não integra grupo econômico, consórcio, sociedade coligada ou controlada com qualquer outra empresa citada ou insinuada pela recorrente. Cada pessoa jurídica possui CNPJ próprio, administração própria e contabilidade segregada. • Ausência de qualquer sanção vigente: Não há qualquer registro de sanção administrativa vigente (como suspensão de contratar, impedimento ou declaração de inidoneidade) contra a NP3, seja em nome próprio ou por extensão de vínculo societário. A empresa possui certidões negativas válidas, em conformidade com o exigido pelo edital, o que comprova sua plena regularidade jurídico-administrativa.</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>• Inexistência de responsabilidade objetiva ou reflexa: Mesmo que houvesse eventual relação entre a NP3 e a empresa mencionada pela recorrente — o que se repisa, não foi provado nem formalmente delineado — isso não gera, por si só, qualquer impedimento ou desclassificação automática, pois o ordenamento jurídico brasileiro não prevê responsabilidade solidária entre empresas distintas com base apenas em presunções subjetivas ou ilações genéricas. • Ofensa ao princípio da legalidade: A tentativa de desclassificar a NP3 com base em “atuar em conjunto” com outra empresa, sem qualquer prova formal e válida e sem qualquer respaldo legal, configura ofensa direta ao princípio da legalidade (art. 37, caput, da CF/88) e ao direito à ampla concorrência nos certames públicos. Desta forma, o entendimento dos Tribunais de Contas e da própria jurisprudência administrativa é claro no sentido de que a desclassificação ou inabilitação de uma empresa exige prova clara e objetiva do descumprimento de requisitos legais e editalícios. Alegações genéricas, como as trazidas pela Recorrente, não são suficientes para justificar qualquer penalidade ou exclusão. (...) Por todas as razões acima expostas, não há qualquer irregularidade na documentação da recorrida, tampouco inobservância de previsão editalícia, não sendo o caso de inabilitação da Recorrida.” DOS PEDIDOS DA RECORRIDA Ante o exposto, requer o total INDEFERIMENTO do recurso administrativo interposto em função da inaplicabilidade de suas parcas e fantasiosas alegações, bem como sejam aceitos os fundamentos aqui demonstrados, para que seja mantida a decisão que declarou a NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado. Requer, ainda, seja aberto processo administrativo para aplicação de sanção à empresa que interpôs recurso manifestamente protelatório, completamente desligado da realidade do presente processo licitatório. ANÁLISE DO RECURSO Cumpre ressaltar que todos julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos na Lei das licitações. É indiscutível que o Administrador responsável deve sempre avaliar o conjunto de concorrentes, evitando-se, a todo custo, inabilitações e/ou desclassificações precipitadas, cujos motivos ensejadores possam ser facilmente sanados. É de se esperar que aquele proceda com especial cautela na avaliação da documentação disponibilizada, já que lida com recursos públicos, sendo-lhe vedado levar a cabo exclusões sumárias e desarrazoadas. Dito isto, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela licitante, suas considerações, das contrarrazões apresentadas pela Recorrida e decisão. Antes de adentrar na avaliação dos fatos, é mister lembrar que o Direito Administrativo, de acordo com a doutrina dominante, recorre às seguintes fontes: a lei, a jurisprudência, a doutrina e os costumes. No presente processo, os questionamentos levantados pela empresa recorrente, foram alvo de diligência e uma vez respondidos os questionamentos realizados pela Administração Pública, a empresa atendeu os requisitos. Em relação ao enquadramento da empresa como EPP, verificamos que a empresa Recorrida a NP3 atua estritamente no ramo de gerenciamento de manutenção de frota e gerenciamento de materiais de construção, sendo que, assim como de todas as demais licitantes que atuam com gerenciamento de frotas, o papel da Recorrida é puramente de intermediador e gerencial entre os órgãos contratantes e uma rede de prestadores de serviços credenciados — oficinas mecânicas, autopeças, borracharias, entre outros. Nesse tipo de atividade, o valor global dos contratos firmados NÃO reflete o faturamento real, pois pela natureza do negócio a maior parte dos recursos financeiros é direcionada diretamente aos prestadores de serviço, cabendo à apenas uma remuneração pela intermediação e gerenciamento, consistente em uma pequena taxa administrativa percentual cobrada sobre cada transação processada. Desta forma, não tem como a Administração Pública, com base em números apresentados pela Recorrente, referentes a contratos da Recorrida, chegar a conclusão de que a empresa não se enquadra como EPP, conforme autodeclaração apresentada no trâmite do processo licitatório. A própria legislação vigente, confirma essa questão. Art. 3º (...) § 1º Considera-se receita bruta, para fins do disposto no caput deste artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. No presente caso, a intermediação de vendas e serviços configura operação em conta alheia, de modo que somente integram a receita operacional dessas empresas o resultado das operações. Assim, de todo o valor dos contratos somente integram a receita bruta da empresa de gerenciamento o resultado das operações, por este motivo, as empresas do ramo possuem várias contas bancárias, uma destinada a receber os valores de seus clientes, outra destinada a efetivar o repasse a rede credenciada e por última a conta de movimento da empresa para qual o resultado. Em sede de diligência a equipe de apoio, ao conferir o cartão de CNPJ da empresa recorrida, verifica-se que ela está enquadrada com EPP, portanto a informação oficial é a da receita</p>	



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Recursos do Lote 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
				<p>Federal, não tem como a Administração Pública, com base em documentos apresentados no certame. Cumpre ressaltar que não houve por parte da comissão nenhum questionamento acerca da legitimidade do que consta no CNPJ. A documentação cujo conteúdo foi questionado é uma AUTODECLARAÇÃO DE EPP/ME, considerado com documento original, redigido pela própria empresa licitante e, portanto, de sua total responsabilidade quanto a veracidade das informações. No que tange a alegação de que há punição expedida pelo TCU, que declarou a inidoneidade das empresas NP3 e XP3 por atuação conjunta, sabendo que na prática, trata-se da mesma empresa, caso o pregoeiro erroneamente não entenda o item 2.1 suficiente para a inabilitação, requer também a análise conjunta dos valores contratados pela empresa XP3 Gestão Empresarial LTDA. Ao realizar consulta no site da CGU e do TCU, nada consta em relação á empresa., vejamos: Considerando que não resta configurado, em princípio, nenhuma ilegalidade aparente, a decisão hostilizada merece ser mantida. As exegeses aqui proferidas são corroboradas pelos entendimentos de nossa doutrina pátria acerca do tema. DA DECISÃO Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa recorrente para NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Classificar a empresa em primeiro lugar, devendo o certame ser submetido a adjudicação e homologação. Importante destacar que a análise e decisão desta não vinculam a decisão acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo. Itambé– BA, 03 de junho de 2025. José Cândido Rocha Araújo PREFEITO MUNICIPAL DE ITAMBÉ - BA</p>	

Mensagens Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	19/05/2025 08:18:52	Bom dia!
	19/05/2025 08:20:15	Vamos dar inicio ao certame deste Pregão Eletrônico.
	19/05/2025 08:21:56	Vamos avaliar as garantias, e classificar as propostas.
	19/05/2025 08:22:06	Salientamos que o valor da garantia será confrontado com o valor da proposta de licitante.
	19/05/2025 08:34:06	Uma das Garantias não estar abrindo, acreditamos que foi alguma falha na upload.
	19/05/2025 08:38:24	Vamos classificar a proposta, fazendo uso do princípio da boa-fé, caso constatado mal fé no envio do documento a administração fará uso do direito/dever de tomar suas providencias, e se houver prejuízo de um dos princípios que norteiam este processo, trataremos como agravantes das sanções.
	19/05/2025 08:39:31	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): 1 às 08:39:31
	19/05/2025 09:29:56	À licitante arrematante gostaríamos de saber se há possibilidade de melhorar seu lance?
	19/05/2025 09:43:49	Vamos avaliar a proposta e depois se aceitarmos definitivamente, abriremos o prazo para interposição de recurso sobre a decisão de aceitar a proposta.
	19/05/2025 09:49:11	Solicitamos que o fornecedor EURO TECHNOLOGY LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA, nos envie a garantia de proposta que foi inserida na plataforma antes do certame.
	19/05/2025 10:00:56	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi LIBERADO para vencedores !
	19/05/2025 10:02:07	Fala conosco EURO TECHNOLOGY LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA.
	19/05/2025 10:08:39	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi DESBLOQUEADO pelo condutor do processo!



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	19/05/2025 10:27:35	Foi informado aqui que uma das garantias não estava abrindo "Vamos classificar a proposta, fazendo uso do princípio da boa-fé, caso constatado mal fé no envio do documento a administração fará uso do direito/dever de tomar suas providências, e se houver prejuízo de um dos princípios que norteiam este processo, trataremos como agravantes das sanções".
	19/05/2025 10:31:45	Prestem atenção, por favor.
	19/05/2025 10:32:12	O sistema só abre prazo de envio de documentos com prazo mínimo de 2 horas. Por isso vamos abrir o prazo para a empresa EURO TECHNOLOGY LOCAÇÕES E SERVICOS LTDA anexar o arquivo da Garantia de sua proposta. Mas lembre vai aparecer um prazo de 2 horas, porem a empresa só terá um prazo de 15 minutos. Lembrem após os 15 minutos vamos fechar o prazo, esperando que isso não seja interpretado como cerceamento de direito. Por que o prazo que daremos será de apenas 15 minuto.
	19/05/2025 10:33:01	Se a empresa não apresentar sua garantia, a proposta será rejeitada sumariamente.
	19/05/2025 10:33:21	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 19/05/2025 10:33:00hs até o dia 19/05/2025 12:33:00hs para o(s) fornecedor(es): EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA.
	19/05/2025 10:49:33	Prazo vencido.
	19/05/2025 10:50:56	Só para constar, entramos em contato com a empresa pra informa-la da necessidade de apresentar a documentação solicitada, porem a empresa não enviou.
	19/05/2025 11:13:13	Vamos aceitar a proposta da NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, em sequência abriremos o prazo para intenção de recurso, lembre que ainda estamos na fase de aceitação da proposta de preços.
	19/05/2025 11:13:51	Lembre que ainda não vimos a habilitação.
	19/05/2025 11:31:33	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA quer motiva sua intenção?
	19/05/2025 12:09:54	Solicitamos da empresa NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA, que nos envie os documentos de habilitação.
	19/05/2025 12:13:49	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 19/05/2025 12:13:00hs até o dia 19/05/2025 14:17:00hs para o(s) fornecedor(es): NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
	19/05/2025 12:15:13	Informamos que nosso expediente é até às 13 horas, sendo assim, voltaremos no próximo dia 20/05/2025, às 08:00 horas para der seguimento ao certame.
	19/05/2025 12:33:01	O prazo para o fornecedor EURO TECHNOLOGY LOCACOES E SERVICOS LTDA enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está encerrado .
	19/05/2025 13:45:22	O fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA acabou de ENVIAR habilitacao_np3_1747673121.rar no habilitanet.
	19/05/2025 14:17:01	O prazo para o fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está encerrado .
	20/05/2025 09:04:13	Bom dia!!!
	20/05/2025 09:04:34	Estamos avaliando a documentação disponibilizada pela licitante.
	20/05/2025 10:33:13	Algum questionamento quanto a documentação de habilitação da arrematante
	20/05/2025 11:49:41	Vou abri o prazo para reformulação de proposta final e assinatura da mesma.
	20/05/2025 11:50:01	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 20/05/2025 11:49:00hs até o dia 20/05/2025 13:49:00hs para o(s) fornecedor(es): NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.
	20/05/2025 12:07:24	O fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA acabou de ASSINAR sua Proposta Final.



04/06/2025, 09:52

LICITANET - ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

Usuário	Data/Hora	Mensagem
	20/05/2025 13:49:01	O prazo para o fornecedor NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA enviar a proposta final está encerrado .
	03/06/2025 17:05:55	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 010/2025 foi SUSPENSO . Motivo: Retorno do certame.. A REABERTURA será no dia 04/06/2025 08:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
	04/06/2025 08:13:17	Bom dia!
	04/06/2025 08:20:49	Considerando a decisão "DA DECISÃO Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa recorrente para NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO. Classificar a empresa em primeiro lugar, devendo o certame ser submetido a adjudicação e homologação. Importante destacar que a análise e decisão desta não vinculam a decisão acerca da adjudicação e homologação do certame, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que foi carreado a este processo".
	04/06/2025 08:22:34	Considerando que todas as fases já foram desempenhadas, vamos encerrar o certame e submeter o processo à procuradoria Jurídica para emissão de parecer Adjudicatório e Homologatório.
	04/06/2025 08:22:52	Agradecemos a participação de todos!!
	04/06/2025 09:06:47	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 010/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
	04/06/2025 09:08:31	Vamos encerrar a sessão.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às **09:35:13 horas do dia 04 de Junho de 2025** cuja ata foi lavrada pelo(a) Pregoeiro(a) .

PAULO DOS SANTOS CARVALHO
Pregoeiro(a) Oficial

BENJAMIM DE SOUSA NETO
Equipe de Apoio

MARIA VITÓRIA CAMPOS BRANDÃO
Equipe de Apoio

Autenticação: 4076A99B3980AD1A3E7932FF725A4B6A



04/06/2025, 09:52

LICITANET - Vencedor(es) do(s) Lote(s)



MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 0223.26.02/2025
Vencedor(es) do(s) Lote(s)



Fornecedor: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - 01.667.155/0003-00

Lote	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	1,00	SERVIÇO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA.	SERVIÇO	SERVIÇO	-20,52 %	-20,52 %	-13,00 %	-13,00 %	0,00 %	R\$ 0,00
						Total -20,52 %		Total Orçado -13,00 %	0,00%		R\$ 7,52

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Lote(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	1	-20,52 %	-13,00 %	0,00%	R\$ 7,52
Total Geral			-20,52	-13,00 %	0,00%	R\$ 7,52



04/06/2025, 09:52

LICITANET - Vencedor(es) do(s) Lote(s)



04/06/2025, 09:52

LICITANET - Vencedor(es) do(s) Lote(s)



MUNICÍPIO DE ITAMBÉ/BA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 0223.26.02/2025
Vencedor(es) do(s) Lote(s)



Fornecedor: NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - 01.667.155/0003-00

Lote	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	1,00	SERVIÇO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUM DE SISTEMA DE AUTO-GESTÃO INFORMATIZADA VIA WEB PARA GERENCIAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE AQUISIÇÕES DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, INCLUINDO MATERIAL ELÉTRICO, HIDRÁULICO, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS E AFINS, COM CONTROLE DE COTAÇÃO DE PREÇOS ONLINE, ATRAVÉS DE SISTEMA INFORMATIZADO E DISPONIBILIZAÇÃO DE MEIO DE PAGAMENTO E/OU ACESSO A AQUISIÇÃO DOS PRODUTOS ATRAVÉS DE PROCESSO SISTÊMICO NO MUNICÍPIO DE ITAMBÉ - BA.	SERVIÇO	SERVIÇO	-20,52 %	-20,52 %	-13,00 %	-13,00 %	0,00 %	R\$ 0,00
						Total -20,52 %		Total Orçado -13,00 %		0,00%	R\$ 7,52

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Lote(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
NP3 CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	01.667.155/0003-00	1	-20,52 %	-13,00 %	0,00%	R\$ 7,52
Total Geral			-20,52	-13,00 %	0,00%	R\$ 7,52



04/06/2025, 09:52

LICITANET - Vencedor(es) do(s) Lote(s)



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001 gerada pelo software de propriedade da PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos LTDA, protegido pela Lei nº 9.609/98, regulamentado pelo DECRETO Nº 2.556 e devidamente registrado no INPI sob o número BR 512016000188-7 publicado na Revista da Propriedade Industrial nº 2387.

Para verificar as assinaturas clique no link: <http://www.procedebahia.com.br/verificar/1ECE-7163-3D76-8525-9E21> ou vá até o site <http://www.procedebahia.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1ECE-7163-3D76-8525-9E21



Hash do Documento

c31567e770703d81dd4865b056ed64d2ca1cb0d6dc8f8964254fcc4e248822fc

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/06/2025 é(são) :

Tipo: Certificado Digital ICP-Brasil

Responsável: PROCEDE BAHIA Processamento e Certificação de Documentos Eletrônicos Ltda

CNPJ: 18.195.422/0001-25

Assinado em: 04/06/2025 10:06 UTC-03:00